

## **Esperanças rio abaixo: resistência e luta na história de Jacintho Antonio e Chrespiana entre seringais e regatões**

### **River hopes to bottom: resistance and struggle in the history of Jacintho Antonio and Chrespiana between rubber trees and regatões.**

**Caio Giulliano de Souza Paião<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

Com base em relatos oriundos da pesquisa em documentos referentes à inserção da atividade de navegações a vapor e regatões na Amazônia, buscaremos analisar em fragmentos as experiências e relações sociais, articuladas dentro do mundo do trabalho, observando o movimento de formação do social. Assim como as vivências da experiência histórica, a partir do contato dos homens, entre rios, florestas e embarcações. Buscarei nesse texto observar as estratégias de resistência por parte de trabalhadores no seu cotidiano, pequenos movimentos do dia-a-dia que configuram articulações políticas dentro do seu espaço de vivência. Emergem no texto a análise das formas de repressão, tutela e clientelismo que são praticadas pela classe dominante para reprimir e naturalizar a violência da exploração econômica e da dominação política.

**Palavras-chave:** Trabalho, cotidiano, regatões, navegações, Amazônia, século XIX.

#### **Abstract**

Based on reports coming from research documents relating to the integration of the activity of steam navigation on the Amazon and regatões, seek to analyze fragments in the experiences and social relationships articulated within the world of work, watching the movement of the social formation. Like the livings of historical experience, from the contact of men, among rivers, forests and boats. Seek this text observe the strategies of resistance by workers in their daily lives, small movements of the day-to-day political articulations that form inside your living space. Emerge in the text analysis of the forms of repression, guardianship and patronage that are practiced by the ruling class to suppress and naturalizing the violence of economic exploitation and political domination.

**Keywords:** Work, everyday, regatões, navigations, Amazon, nineteenth century.

**Artigo recebido em:** 16/01/2014

**Artigo aprovado para publicação em:** 27/03/2014

---

<sup>1</sup>Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas. Mestrando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Email: caio\_giulliano@hotmail.com

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 135 -154, Jan./Jul. 2014.

<http://revista.anphlac.org.br>

Jacinto Antonio e Chrespiana desciam o rio Purus a bordo do vapor Anajás com direção à Manaus, e viajavam cheios de esperanças. Trabalhavam como seringueiros na propriedade de Botinelly & Cia. Levavam consigo, além do sonho, o suor amargo de uma dívida cruel tecida pelas mãos de seus patrões a linhas finas, demoradas, uma malha que fazia as vezes de uma rede cruel, armadilha posta com cuidado para que seus braços fossem cativos do trabalho, de um trabalho que não lhes garantia o direito à terra em que viviam, uma negação do direito à vida. Lembravam-se dos cinco longos anos idos, que ao ritmo lento do próprio rio em que navegavam, tornara-se o algoz cruel. O ano era 1880. A esperança daquela viagem era a de poder conquistar o direito à terra e a autonomia de sobreviver a partir de suas próprias condições de trabalho. Antes mesmo de aportarem em Manaus, os patrões publicam um artigo buscando a desmoralização de sua revolta, ironicamente, assinarão como *A verdade*.

Esse pequeno texto publicado no jornal *Commercio do Amazonas* de 1880 apareceu durante a pesquisa que desenvolvo sobre o início de atividades da navegação a vapor na região amazônica, essa leitura evidenciou a ação de sujeitos vivenciando no seu cotidiano a luta pela sobrevivência de um modo de vida. Emergiam no texto a desqualificação de suas atividades, a ação legitimadora de patrões conscientes de sua posição dominadora e as estratégias de luta do casal articuladas no espaço de trabalho, seja nos conselhos que receberam de companheiros ou na negociação tida por ilegal com os regatões<sup>2</sup>. Propus-me a problematizar essa leitura que por mais que não estivesse conectada diretamente à navegação à vapor evidencia experiências em relação à uma outra atividade que vem delineando-se de forma importante em minha pesquisa: o papel dos regatões nesse cenário. Além do artigo de *A Verdade*, coloco em discussão outras fontes sobre os regatões, problematizando as opiniões que circulavam a seu respeito e o modo ambíguo como operavam sua atividade. Portanto, com base em relatos oriundos dos documentos referentes à inserção da atividade de navegações a vapor e regatões na Amazônia, busco analisar as experiências e relações sociais, articuladas no mundo do trabalho, assim como as vivências da experiência histórica, a partir do contato dos homens entre rios, florestas e embarcações. Buscarei nesse texto observar as estratégias de resistência por parte de trabalhadores no seu cotidiano, movimentos do dia-a-dia que configuram articulações políticas dentro do seu espaço de

---

<sup>2</sup> Comerciantes que se utilizavam geralmente de pequenas embarcações e adentravam rios e igarapés para vender ou trocar suas mercadorias pelos produtos extrativos da floresta.

vivência.<sup>3</sup> Percebendo a história como luta de *classes*, e não de *classe*, emergem no texto as formas de repressão, tutela e clientelismo que são engendradas pela classe dominante para reprimir e naturalizar a violência da exploração econômica e da dominação política.

Compreendendo o papel das contradições e ambiguidades no conjunto do real, entenderemos aqui a importância das instituições se formando no movimento histórico, partindo de interesses plurais e socialmente divididos. Não interpretaremos aqui, imprensa ou regatões como algo dado, e sim que se articula dentro das possibilidades históricas, e está em constante formação se fazendo e refazendo no campo social. Nosso ponto de partida na história, portanto, é a experiência que a constrói, e pela história é construída a partir da atuação de sujeitos nas suas múltiplas formas de vivências, afinal a luta de classes é cotidiana. Daqui distanciamos-nos de interpretações deterministas, nas quais a instituição ofereceria o dado imutável acerca dos seres sociais, sendo determinados por estruturas anteriores. Ou seja, o campo de diálogo que aqui estabelecemos é entre o “ser social” (o sujeito histórico vivendo a trama do real) e sua ação de transformação no tempo, o seu *fazer-se*. As instituições questionadas nesse artigo surgem em suas indagações, na dúvida acerca de suas legitimidades que antecederiam a própria história. Nesse ponto, o objetivo presente é de compreender o processo histórico da formação de um campo de relações, que se estabelece e se modifica ao longo do tempo, não pelas determinantes da natureza ou da tecnologia naval, mas pela ação de transformação humana, evidências de que esses sujeitos viviam, e estavam em constante movimento. Observar os regatões nas suas peculiaridades e ambiguidades históricas é uma proposta para o exercício de oferecer interpretação e sentido às fontes, não partindo do objeto dado, mas do que está em constante construção pela lógica do historiador. Partindo da emergência dos próprios sujeitos, dotados de suas vontades, repletos de ação e movimento, procuramos nas fontes seus encontros e reencontros no campo social em formação.

---

<sup>3</sup> Aqui a aproximação do trabalho de Maria Izilda Santos de Matos, ressaltando que a descoberta do cotidiano na história é uma forma de redefinir os espaços políticos no dia-a-dia, deslocando os olhares retidos nas instituições, esmiuçando espaços compartimentados e colocando-os em relações recíprocas: “Assim, o renascer dos estudos do cotidiano se encontra vinculado a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, com uma politização do dia-a-dia.” In: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, pg. 22.

Jacinto Antonio e Chrespiana haviam contraído uma dívida com Botinelly & Cia, e para saná-la, os dois foram colocados pela empresa para trabalharem no lugar denominado Natal, e ali passaram a ser explorados. Passados cinco longos anos, a dívida não era de forma alguma superada, os dois passaram a negociar por conta própria, metade da borracha que produziam com os regatões que em Natal chegavam. Segundo alega-se pela acusação, a prática do casal teria sido responsável pela queda dos lucros com a produção de borracha. O casal disposto a garantir o uso capião da terra, articulam-se através de conselhos de companheiros e descem o rio Purus para buscar pela Justiça uma garantia de seus direitos.

A história de Jacinto Antonio e Chrespiana apareceu pela primeira vez em uma coluna do jornal *Commercio do Amazonas*. Fora publicado a pedido e intencionalmente para que o presidente da província e o juiz municipal pudessem ler. O artigo estava estampado no jornal antes mesmo da chegada do casal à cidade de Manaus. Assim estava publicada:

“Seguio para Manãos, no vapor Anajás, Jacinto Antonio de Queiroz e sua amasia Chrespiana M. Calheiros, afim de requererem, segundo por aqui corre, ao exm. Sr. Presidente da província um lote de terras que comprehendem o lugar Natal da propriedade dos commerciantes Botinelly & C.a; e quando isso não alcançassem, um mandado de manutenção sobre o mesmo lugar (!) allegando para isso que residem nesse lugar há 5 annos! ...

Alheio à esta questão, com tudo não nos devemos recolher ao silencio, principalmente quando preciso dizer-se a verdade.

O lugar em questão é de propriedade d’aquelles Srs.. como poderão attestar os honrados commerciantes Manoel João de Souza Palheta, João Manoel Chaves, (genro de Chrespiana) João da Cruz Martins, Manoel Raymundo d’Oliveira, José C. Coutinho de Canavarró e muitos outros, por terem-no comprado em 1874 de Zeferina Lucio Cardoso; e é sabido que nesse anno ahi estiveram estabelecidos até Fevereiro de 1875, cedendo então a Queiroz e Chrespiana a caça para morarem e os seringueiros para trabalharem afim de pagar aquillo que lhes devião e nestas condicções ainda estarião se não fosse o máo procedimento commercial que sempre tiverão para aquelles srs.. pois que a metade da borracha a que ahi trazião era vendida aos regatões, ficando sempre atrasados, sendo que no anno indo foi que Chrespiana pagou o que devia Queiroz, porem, segundo informações, ainda deve boa somma, por tanto não lhes aproveita a circumstancia de ahi residirem 5 annos!...

Mal aconselhados forão, rio a baixo, com esperanças de levar à effeito tão louca pretensão, como se os poderes públicos não fossem os primeiros a respeitar o direito alheio!

Queiroz e Chrespiana pois, não tem à seu favor o uso-capião, porque se residirão n’aquelle lugar foi por um consentimento forçado isto é, devendo àquelles commerciantes e não tendo seringas em que trabalhar, corria àquelles o dever de proporcionar aos seus devedores os meios para effectuarem o pagamento; foi o que fizeram cedendo-lhes o lugar; é o que tem feito e continuão a fazer todos os commerciantes deste rio, que decerto, mal estarião se esse direito fosse em taes casos reconhecido pelas nossas leis.

Escrevendo estas linhas, só o fazemos para esclarecer a verdade ignorada por Queiroz e Chrespiana e chamar para ellas a esclarecida atenção do exm. Sr. Presidente da província e dr. Juiz municipal, afim de fazerem a devida justiça. Rio Purús, 7 de Agosto de 1880.

*A verdade.*<sup>4</sup>

O campo social de luta era levado para a imprensa, não negando pelos padrões a importância de uma tática bem elaborada, que não deixasse para trás, a mínima possibilidade de derrota dentro daquela disputa. No caso, a desarticulação da estratégia de luta dos trabalhadores era um dos objetivos dos padrões, uma ação que pretendia anteceder a atuação do casal, cuja voz vinha sendo construída no tempo, e em formação social ao longo de cinco anos, e que agora emergia para colocar em disputa um espaço de direito.

O que temos são padrões enfurecidos pela emergência da ação de sujeitos, que passam a articular dentro de seu campo de relação social, formas e estratégias de sobrevivência frente a dominação.<sup>5</sup> Padrões conscientes de seu privilégio social de posição dominante: “(...) como se os poderes públicos não fossem os primeiros a respeitar o direito alheio!”. O direito deles estava socialmente dado como certo, apenas por serem quem eram, superiores socialmente legitimados por discursos e práticas sociais. Vamos problematizar essa certeza, afinal, se ela fosse dada como certa, o artigo sequer teria sido escrito, existe um jogo de convencimento que se oculta na certeza dos padrões. A possibilidade de luta construída pelo casal revelou uma paz inexistente, e padrões em clima de tensão buscam desarticular a emergência da ação desses sujeitos.

Temos então um casal de trabalhadores endividados que resolvem eles próprios lutar por seus direitos, pela sua possibilidade de participação na formação do social, e não fazem isso sozinhos. O registro de uma informação que não se pode deixar escapar: a de que foram os dois “aconselhados” por pessoas de dentro do seu campo de relações que se envolveram com a disputa em questão, dessa forma vemos uma atividade humana de solidariedade emergente do contato entre sujeitos que vivenciam no seu cotidiano, a luta pela posição social, uma luta que se desdobra pela terra, pelo trabalho, e que reverbera na luta pela própria vida. A atuação desses sujeitos em luta

<sup>4</sup> *Commercio do Amazonas*. Manáos, 21 de Agosto de 1880. pg. 02.

<sup>5</sup> Destaca-se o trabalho inovador de Eder Sader, que nos oferece uma parte dos conceitos aqui trabalhados, mesmo que em temporalidades distantes. Para uma visão específica e elaborada da formação histórica da emergência de novas formas de se fazer política, a partir de novos espaços, por novos sujeitos históricos, In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 135 -154, Jan./Jul. 2014.

<http://revista.anphlac.org.br>

aparece a partir de meios de comunicação (a imprensa), que se lidos somente pelos títulos de artigos e notícias não deveriam expor aspectos do cotidiano do mundo do trabalho<sup>6</sup>, pela pretensão de uma formação discursiva que privilegiaria voz para a classe dominante<sup>7</sup>. É inevitável esconder o movimento, os próprios sujeitos em luta emergem nas fontes, pois sua atividade de resistência é incessante. O vestígio da luta de Jacintho Antonio e Chrespiana emerge a partir da ação exercida para suprimi-los, a atuação de repressão de sua luta faz aparecer no discurso formado para excluí-los a existência de sua luta em meio uma sociedade dividida se desigual.

O interessante é a forma como as ações desses sujeitos, que são ocultados por intencionalidades discursivas, aparecem mediante o campo de disputa em questão, ou seja, por mais esforçados que fossem a elite e os poderes, estes não conseguem ocultar em sua totalidade a ação e as expectativas de sujeitos em constante movimento histórico. O autor do artigo sabe bem a posição que ocupa: a de dominante, uma posição garantida pelo tempo, de legitimidade frente à repressão contra as possibilidades de manifestação daqueles que domina, não é por acaso que cita que os poderes serão os primeiros a lhe escutar, tanto que a publicação deste artigo é um passo a frente da viagem de Jacintho Antonio e Chrespiana, para que sua presença desafiadora antecipasse qualquer movimento daquele casal que ousava inverter as posições, com tamanha e “louca pretensão”.

Conforme lemos no artigo, o casal comerciava por conta própria “metade da borracha a que ahi trazião” e esta “era vendida aos regatões”. Os regatões surgem aqui como aliados dessa possibilidade de alternativa frente à dominação, visto que sua organização pressupunha uma forma de comércio pessoal e informal, não se importando muito com quem comerciava e sim o que era comerciável, a garantia do lucro. Na historiografia, muitas das vezes o regatão aparece como um verbete funcional da

---

<sup>6</sup> A imprensa, se tomada somente pelas definições político-partidárias ou por interesses de classe torna-se um desperdício de fonte, visto que as informações disponíveis em um jornal são das mais plurais possíveis, e de diversas leituras, vestígios diversos transbordam por todos os lados, das manchetes aos reclames revelando dados riquíssimos do cotidiano. Um texto que enriquece o debate sobre o tema, e que orientou-me no trabalho foi: CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa*. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>7</sup> Carlos José Ferreira dos Santos oferece uma interpretação sobre essas formas de silenciamentos discursivos, seletores na formação de uma memória almejada, que exclui a pobreza, a miséria e seus trabalhadores, para formação de um real ideal, mas que mesmo assim não impede que os sujeitos apareçam por si mesmos, mesmo que a intenção de formação fosse outra, eles estão ali no seu cotidiano desiguais socialmente, mas sobrevivendo e resistindo. In: SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza*. São Paulo: Annablume, 2008.

atividade comercial do extrativismo. No episódio de Jacintho Antonio e Chrespiana, observamos que a rede de relações possíveis na atividade era mais complexa do que simples trocas comerciais. Envolviam diversas opiniões, muitos atores e conflitos violentos, físicos e discursivos. As opiniões na imprensa refletiam a divergência política em torno da atividade, certas características atribuídas aos regatões lhes rendiam comentários contrários, como o que lemos na *Revista do Amazonas* de 1876: “Os regatões são os maiores inimigos da verdadeira catechese, porque elles preferem o índio completamente ignorante, visto que com mais facilidade o corrompem e iludem.”<sup>8</sup>. Essa associação entre a depravação e a desmoralização do comportamento indígena e dos habitantes do interior é constantemente observada nas argumentações críticas aos regatões, ao mesmo tempo em que expõe uma ordem discursiva que atende a certas demandas do poder, também nos revela as redes de sociabilidade que se envolviam e se enlaçavam ao redor do nada passível comércio da atividade.

Dessa relação existente entre o comerciante de regatão e a sua clientela, praticamente de índios e trabalhadores como Jacintho Antonio e Chrespiana, encontramos ambigüidades, que aqui nos interessam no processo de desocultamento das contradições abrindo perspectivas sobre as fontes: a forma como os regatões surgem no campo social, ao mesmo tempo como uma alternativa de saída frente a dominação, e também como aparelho de expropriação, que também endividava e criava repressão. Mas não devemos deixar a expropriação nos impedir de percebermos os ocultamentos. Em um artigo escrito por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, lemos o seguinte:

“O regatão que os acompanha para toda parte, é um flagello de que não se podem livrar nem no lidar constante, todavia precário e atribulado, das feitorias, nem no doce remanço da paz domestica, depois que são restituídos, pelo período da enchente dos rios, ao seio da sociedade! No Amazonas o mercador ambulante, que tem a classificação de – regatão – é um homem-machina, que movido pela mais sórdida e reprehensível ganância, percorre em todos os sentidos os rios da província, entrando nos igarapés e lagos, atravessando igapós imensos, tocando nas ilhas uma por uma, vencendo as impetuosissimas correntezas dos rios, remontando todos os perigos das cachoeiras, subindo e descendo elevadas serras e até mesmo indo internar-se nas florestas virgens onde o único humano com que se vai encontrar é o índio selvagem que nunca viu e com quem nunca tratou, mas que recebe-o por lhe ter dado a senha – catú – abrigoando-o sob o tecto da sua maloca, quando não o mata traiçoeira e cobardemente traspassando-lhe o peito com o aguçado curaby, arma de que se

---

<sup>8</sup> *Revista do Amazonas*. 05 de junho de 1876. pg. 47.

serve nas caçadas de antas, onças e tigres ou esmagando-lhe o craneo com o pesado cuidarú – arma favorita nas lutas sustentadas braço a braço.”<sup>9</sup>

Aranha comentava o que segundo ele representaria o entorpecimento do progresso e da civilização no interior da província. Pelas descrições dos homicídios que ocorriam nessas relações entre os índios e os regatões, podemos observar um processo de resistência frente a exploração e o endividamento, visto que, por várias ocasiões, esses comerciantes se utilizavam da mão-de-obra indígena para conseguir seus produtos. No comentário de Aranha, os regatões deveriam tomar consciência de si, e de sua importante missão de levar o progresso e a civilização para o interior, porém, aqui como em outros comentários, uma série de críticas morais se fazem presentes. Aranha afirma que o regatão saía deixando em suas pegadas, a “prostituição, o roubo e o homicídio!”. A expectativa de opiniões como a de Aranha é a de que um dia, a atividade deixasse de possuir o caráter funesto e desequilibrado de praticar o comércio, e passasse a trabalhar mediante um código de conduta próprio à sua importância. Importância de todo um projeto “progressista e civilizatório”. Evidente o desejo de controle da atividade pela ideologia, afinal era uma atividade que agia diretamente na prática social do cotidiano, daí é possível interpretarmos, a latência da vontade de utilizar dessa possibilidade de interação para coagir e reprimir aquilo que não fosse desejado pela classe dominante.<sup>10</sup>

O regatão oficialmente não estava dentro do projeto político do império brasileiro, de conquistar a fundação de um Estado nacional, permeado de identidade, civilização e demarcado por fronteiras, e estamos aqui nos referindo a um projeto de cunho federalista, tal como se deu durante a abertura dos portos à navegação internacional.<sup>11</sup> Os regatões eram vistos pelas autoridades como empecilho para a navegação.

Em 24 de abril de 1852 seria decretado ilícita a atividade, decreto que não impediu sua continuidade e que gerou fortes polêmicas entre os seus defensores

<sup>9</sup> *Revista do Amazonas*. 05 de maio de 1876. pg. 25-26.

<sup>10</sup> A noção de ideologia empregada aqui é a mesma de Marilena Chauí, afirmando que ideologia é a mediação da classe dominante entre a exploração econômica e a dominação política para naturalizar e legitimar a exploração e a dominação através de discursos formadores. In: CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>11</sup> Tema debatido por GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-1867)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 135 -154, Jan./Jul. 2014.

<http://revista.anphlac.org.br>



(geralmente comerciantes locais e estrangeiros) e as autoridades políticas, que insistiam no caráter imoral e destrutivo desse comércio:

A Assembleia da Província do Pará extinguiu este commercio em razão das representações de quasi todas as Camaras da Província, e eu sendo Membro dessa Assembleia também votei a favor da extincção por estar convencido, como ainda estou, que esta maneira de commerciar é não só immoral, como muito contraria à civilização dos povos; e ainda também por ser uma das causas principaes porque muitas povoações têm desaparecido, e algumas Villas se encontram quasi abandonadas.<sup>12</sup>

Os regatões não eram somente economia, era antes tudo olhar político sobre a sociedade, e pela política oportunidade de organização para a dominação social e a exploração econômica. Porém, em discurso contrário, para seus defensores os regatões eram encarados como semeadores da civilização e do ensino de amor ao trabalho. Essa projeção discursiva da necessidade de ensino do amor ao trabalho, da retirada dos homens de sua ociosidade poderá ser vista no discurso apologético do deputado Marcos Antonio Rodrigues de Souza. Fora encontrado disponível e publicado no jornal *O Catechista* em transcrição da sessão ordinária ocorrida. A transcrição se estendeu em quatro publicações, em quatro edições do jornal. O periódico o revestiu de tamanha importância, ressaltando-o como uma voz que se ergueu na Assembléia Legislativa Provincial do Pará a favor dos regatões e suas navegações para o incremento do comércio na região. As palavras do deputado são resultados de experiências históricas, de momentos, de circunstâncias. Um discurso político que envolve em luta o campo social que não é passível e nem ausente de resistências.

Era 28 de setembro de 1869. Os deputados debatiam os rumos da província quando deu-se início o debate sobre os regatões. Segundo diziam, os regatões não eram bem vistos por alguns economistas políticos da província do Amazonas e do Pará, na mesma situação estava também a *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, mas ao contrário dos regatões, na fala de Marcos Rodrigues de Souza, as críticas contra a Companhia pesavam nos argumentos a favor de uma melhor atenção para os regatões. Após uma crítica de um colega sobre as especificidades da atividade, o deputado começava então a defender a importância dos regatões:

Há mania, Sr. Presidente, em classificar os regatões de apóstolos da desmoralização, quando é certo que são elles os únicos missionários, que temos, são os verdadeiros catechistas do trabalho e da civilização dos nossos índios, e

---

<sup>12</sup> Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Amazonas do vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda em 5 de setembro de 1852.

com estas condições, já pelos serviços relevantes que prestam, já pelas despesas, e sacrifícios enormes, que para isso fazem (...) <sup>13</sup>

Para o deputado, os regatões além das funcionalidades comerciais, eram instrumentos de civilização para os “selvagens”, prestadores de serviço para o mundo do trabalho, servindo, segundo ele, sentidos pedagógicos para os trabalhadores, e que por essa razão mereciam melhor atenção e o mínimo possível de impostos a serem cobrados para que a atividade funcionasse plenamente:

(...) como meio de alargar a concorrência, única fonte, da qual há de nascer necessariamente a grande vantagem da moralização desse commercio, não devem ser obrigados se não a impostos mínimos, quando não seja possível isentá-los completamente. <sup>14</sup>

Comentava a possibilidade de isenção de impostos, para que os regatões atraíssem mais investidores na atividade, abrindo assim um alargamento na concorrência, multiplicando a empresa. Após essa defesa, outro deputado tomava a palavra, e dizia que “os regatões ensinam às tribus immoralidades.” Essa voz de oposição mantinha a opinião de que os efeitos dos processos civilizatórios não eram em todo positivo para os indígenas.

Outro deputado, de nome Hidelbrando, dizia que os regatões eram importantes sim, pois “vão levar o alimento ao lavrador, que mora no centro.” Marcos Rodrigues de Souza para responder àquele que comentou as imoralidades ensinadas pelos regatões, rebateu dizendo que “essas immoralidades atribuídas exclusivamente aos regatões, também se praticam, e com maior escândalos nos povoados.” Para ele não eram os regatões os únicos responsáveis pelos desvios de conduta, pois os próprios habitantes os praticavam em maior escala, nas sociedades ditas civilizadas.

Em relatório, o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda, comentava em 1865, sobre o aumento do número de embarcações de regatão. Este presidente congregava opinião contrária à atividade, o que nos revela o jogo de discursos ao qual se inseria os regatões por parte das opiniões administrativas. Na medida em que as embarcações a vela iam diminuindo com o acesso à tecnologia a vapor, Adolpho de Barros comentava que:

Contrario movimento observa-se nas canoas empregadas no commercio de regatão, a mais fatal e infecunda das industrias que poderiam introduzir na

---

<sup>13</sup> *O Catechista*. Manaus, 08 de janeiro de 1870. pg. 02-03.

<sup>14</sup> *Idem*.

provincia inimigos interessados no seu atrazo e miséria, e na miséria e depravação dos rudes habitantes do interior della.<sup>15</sup>

A atividade dos regatões despertava uma pluralidade de opiniões, nos revelando uma amplitude no que se refere às medidas adotadas a respeito dos meios de transportes fluviais, e suas respectivas finalidades. As opiniões se dividiam entre aqueles que acreditavam no avanço e no progresso por intermédio dessa economia fluvial, e os que defendiam o caráter negativo e corrupto da atividade.

Na mesma sessão, Marcos Rodrigues de Souza seguia argumentando que essas imoralidades aludidas se desdobravam nas acusações de que os regatões também cobravam caro as suas mercadorias comercializadas. Segundo o deputado, os preços altos seriam resultados do alto valor cobrado em impostos pelo governo, somado a isso, o transporte das mercadorias possuía um custo muito elevado, dessa forma, inevitavelmente os preços cobrados em produtos subiam para gerar algum lucro para a atividade.

Os impostos cobrados pelo governo aos regatões possuíam intencionalidades, e estas são compreendidas pelo deputado Marcos Rodrigues de Souza. No mesmo relatório de Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda, podemos interpretar que os altos impostos cobrados serviam como uma medida de restrição da atividade, já que a administração deste presidente concordava acerca da imoralidade exercida pelos regatões. Apesar disso, os regatões continuariam a ganhar espaço no mercado, mesmo sob os pesados impostos e crescia “todos os annos a cifra dessas funestas embarcações.”<sup>16</sup>.

Seguindo a defesa dos regatões, o deputado Marcos Rodrigues de Souza utilizava de argumentos científicos, citando inclusive os conceitos da divisão do trabalho, de Adam Smith na Ciência Econômica para convencer os colegas da importância dos regatões para a economia:

Considerando com relação à sciencia econômica, os regatões formam uma classe indispensável, a dos transportadores; com isto realisam em parte a divisão do trabalho, cujo resultado econômico é sempre o augmento da produção.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Relatório do presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda em 8 de maio de 1865. pg. 229-230.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

Essa afirmação possibilita entendermos o fracasso que é a busca de implantação de um modelo análogo às experiências de cotidiano dos habitantes da Amazônia. Pensamentos como esses se articulam para desarticular modos de vida e destruir culturas, cultura no entendimento de possibilidade de organização para defesa de direitos. Os regatões deveriam assim assumir a postura de uma classe na divisão do trabalho, a dos transportadores, setor responsável por fazer circular as mercadorias e as negociações diretas entre os fornecedores e os consumidores individuais, habitantes da beira dos rios, e que também transportava as produções rurais desses trabalhadores do interior. No exemplo de Jacintho Antonio e Chrespiana a ideologia almejada para os regatões não era exercida totalmente na prática, os regatões iam mais além do que uma mera divisão ou função racional, eles estavam em constante interação social, o que tornava possível uma multiplicidade de relações e de experiências, fossem na negociação escondida, ou se comunicando com indígenas (violentamente, e também de forma negociada), correndo risco de vida, e oferecendo risco de vida, fatores esquecidos nas ideias almejadas para a atividade. O que não devemos é esquecer os mecanismos de resistência que os trabalhadores articulavam dentro do próprio movimento para a defesa de seus modos de vida, os regatões como “transportadores” não contavam com emboscadas de indígenas indignados com dívidas e seringueiros que comerciavam por conta e escondido de seus patrões. Aí se encontra a formação política do olhar, que não se deve deixar vencer pela norma do discurso e o que se pretendia em relação ao real, visto que o mesmo está em construção e remodelação constante.

Nas palavras de Marcos Rodrigues também nos deparamos com uma busca pela construção do tempo, dentro do espaço de vivência dos habitantes dos rios e das florestas:

Se não fosse essa classe o transporte dos nossos gêneros teria de ser feito pelos seus produtores, que assim se destrahiriam dos misteres da produção, a qual, por isso mesmo diminuiria propor totalmente, além de que, teria-mos da nossa produção, porque, como sabem os que cursão o interior da província, nem todos os produtores tem canoas e outros meios de transporte.<sup>18</sup>

Vemos assim a construção histórica de uma necessidade: a de escoar em menor tempo possível a produção, já que agora se dispunha de tecnologias que favoreceriam o

---

<sup>18</sup> Idem.

encurtamento do tempo. Mesmo que alguns trabalhadores sequer possuíssem um meio de transporte para se inserir na circulação de mercadorias produzidas em seus espaços.

Seu meio social já estava em transformação por intermédio dessas relações econômicas via rios, o transporte dos produtos, para o deputado, era função dos regatões, que detinham superioridade técnica em relação às canoas, e segundo afirmava o deputado, conseguiam ir até onde os vapores não poderiam ir, visto que as obrigações e rotas estabelecidas não atendiam a localizações de mais difícil acesso. Os regatões tinham maior acesso dessa forma a um contato pessoal e mais próximo do campo de relação social, visto que aportado em beira de rios, em seringais, sítios e lugares o modo de se relacionar não seria o mesmo que o da burocratização de um porto, em uma capital. O barco comercial aportado em tempos de cheia, próximo às casas dos trabalhadores favorecia uma conversa escondida, como a que possivelmente tiveram com Jacintho Antonio e Chrespiana. Os regatões serviriam como um mecanismo a mais, ao lado dos vapores, para inserção do corpo de trabalhadores em uma experiência de tempo e de relação diferente, uma tentativa de divisão nas relações existentes entre sujeitos e natureza. Ideia que antecedia a prática social, que construiria uma relação não prevista pela ideologia que racionalizava e determinava a atividade pela função econômica, ignorando que enquanto experiência, os regatões possibilitavam articulações de resistência dentro do próprio modo de vida desses sujeitos, ao mesmo tempo em que também endividava e explorava. Não neguemos a ambigüidade da atividade.

A apologia dos regatões, feita pelo deputado Marcos Souza se desdobrava na afirmação de que a importância dos regatões seria tal que assumiria a responsabilidade de dinamizar o trabalhador indígena, tirando-o do ócio e inserindo-o em um modo de produção que não desperdiçaria os produtos extrativos que jaziam nas florestas:

Sr. Presidente, são ainda exclusivamente os regatões, que vão tirar da inércia e fazer trabalhar na extracção da salsa, do olco, do cravo e de outras especiarias de grande valor os nossos índios, que, a não serem os regatões continuariam a estar completamente ocioso; que rompem por dificuldades incriveis para obter e conduzir ao mercado aquelles productos, que ficariam perdidos nas selvas!<sup>19</sup>

Nas palavras do deputado encontramos a afirmação de que a inserção dos regatões no mundo desses trabalhadores é uma oportunidade de criação de necessidades, mecanismos de civilizar, organizar para melhor produzir:

---

<sup>19</sup> Idem.

São os regatões, que, arrojando-os por caminhos invios, vão ao meio dos nossos gentios com as suas mercadorias crear-lhes necessidade de vida civilizada, necessidades, que mais poderosamente obrigam ao trabalho, e que são, como se sabe, os meios mais certos e efficazes posto que demorados, de civilisar os povos. Este grande serviço é prestado exclusivamente pelos regatões.<sup>20</sup>

Criação de necessidades e estabelecimento de circunstância violenta de obrigação ao trabalho, mesmo que seja um investimento de longo prazo, os regatões nas palavras deste deputado eram ferramentas de civilização. Mas embora, essas navegações seriam ferramentas de alteração de um modo de vida, não devemos negar o caráter de resistência por parte dos indígenas, pois estes mesmos não eram passivos e negociavam, visto que o conhecimento destes sobre o espaço em que viviam, também era objeto de disputa para os que visavam o lucro excessivo com o extrativismo.

E os opositores afirmavam que os regatões lucravam muito dinheiro - o deputado Marcos Souza, se defendia alegando mentira por parte destes, pois se havia alguém no ramo dos regatões que fosse rico, já o era antes de entrar na atividade, pois que era impossível enricar com os regatões, tamanhos são os empecilhos impostos pelo governo:

Falla-se, Sr. Presidente, nos grandes lucros que se tiram os regatões, mas ninguém attende para as immensas e imprescindíveis despesas a que são obrigados, máxima aquelles que fazem o seu comercio com nossos gentios.<sup>21</sup>

Tocando no tema indígena, o palestrante reabria uma discussão que permeava as administrações: a ausência de mão-de-obra para o trabalho. Em Manaus, essa problemática se estenderia desde 1851, com a primeira presidência até os meados dos anos 70, com o investimento em trabalhadores imigrantes. A má utilização do braço indígena é muito comentada quando analisamos relatórios e falas oficiais; muito se criticava sobre a falta de aptidão do índio ao trabalho. Eram taxados de preguiçosos, irresponsáveis e faltosos, além de ressaltarem sua fraqueza pela bebida alcoólica.

O historiador Victor Leonardi atentando para esse problema, observa mediante olhar histórico nas condições passadas de escravidão e de trabalho forçado em séculos anteriores, fatores que gerariam modos negativos de se pensar a relação de trabalho e cooperação entre brancos e índios construindo uma memória social que

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

refletiria formas de ação<sup>22</sup>. Portanto essa indisposição dos indígenas ao trabalho, e à cooperação para sua “civilização” pressupõe uma memória que solidifica-se com o tempo, permeada de resistências e suspeitas em relação ao que se apresenta por parte do branco – essa interpretação é uma ruptura com a do “espanto” e da “maravilha”, ocasionados por exemplo pela visão da chegada dos vapores pelos índios.<sup>23</sup> Não seria por acaso que em viagens oficiais, distribuíam-se presentes e brindes para que os índios fossem atraídos e entrassem nas embarcações, tamanha era a suspeição em relação ao que lhes era oferecido. A intenção no discurso é de consolidar uma memória de “fascínio” do indígena sobre o “diferente” para assim legitimar a “modernidade” como benéfica ou necessária. A suspeita em relação ao que lhes era oferecido era real e em constante visita no seu cotidiano de relações, resultados de experiências históricas que perpassavam pelos episódios da Cabanagem, das guerras justas, dos descimentos, dos recrutamentos militares forçados, etc. episódios históricos contribuintes de um imaginário repleto de significações próprias. A ideia da aplicabilidade de um modelo de organização, sistema de obediência e condutas de comportamento são fatores de processos históricos que divergem da construção histórica dos povos indígenas<sup>24</sup>.

É dentro desse quadro de contradições, em meio a dívida com os patrões, e do comércio com os regatões, que Jacintho Antonio e Chrespiana, lutavam contra a desarticulação de todo um modo de vida, e dentro das próprias possibilidades se articulavam para superar a dominação. Aqui lembramos o importante trabalho do historiador Gerson Albuquerque, que em um recorte temporal distante do aqui analisado, encontrou episódios muito semelhantes, entre trabalhadores de seringais, que em relação com o próprio meio, propiciavam formas de cumplicidade para elaboração de mecanismos de resistência<sup>25</sup>. Ou seja, resistência contra formas de violência, no seu sentido plural, resistência contra a dependência, que configura formas de violência cotidianas. Resistência de se manter na terra, correndo riscos, mas lutando pelo direito

---

<sup>22</sup> Assim comentou o historiador Victor Leonardi: “As mentalidades gestadas dentro desse clima de repressão, medo, submissão servil, revolta apenas disfarçada e trabalho compulsório não podem ter criado um clima psicológico de cooperação no trabalho entre brancos e índios, favorável aos projetos econômicos dos portugueses.” In: LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999, pg. 55.

<sup>23</sup> O viajante Avé-Lallemant comenta acerca do espanto e do medo dos indígenas ao avistarem uma embarcação a vapor pela primeira vez, mas atribui-se a um monstro mitológico o motivo do espanto, e não de homens que ofereciam riscos reais e vividos nas suas experiências pessoais de vida. Ver: AVÉ-LALLEMANT, Robert (1812 – 1824). *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, pg. 95.

<sup>24</sup> Observações sobre a organização política dos indígenas, que configuram a impossibilidade do Estado e a estranheza da ordem, ver: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

<sup>25</sup> ALBUQUERQUE, Gerson. *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 135 -154, Jan./Jul. 2014.

ao trabalho, negociando com os regatões o que se produzia de forma independente, assim como as experiências de luta histórica dos indígenas, que se colocavam em contradição aos processos de civilização e de exploração de sua força de trabalho na mão dos mesmos regatões.

Ao tocarmos nas contradições, Edward P. Thompson nos influencia na observância da contradição como um conflito de valor, a luta de classes como uma luta acerca de valores<sup>26</sup>. É o que ocorre quando o autor do artigo contra Jacintho Antonio e Chrespiana salienta o fato de estes serem amasiados. Não é por menos que essa união informal aparece creditada no texto, ela desarticula o requerimento de justiça pelo casal, por meio de sua união não-documental. Temos um depoimento posterior de 1916, sobre a representação que o casamento possuía para a legitimidade de uma moral social, que colabora para a legitimidade perante a sociedade de uma união formal. O testemunho publicado em um jornal do mesmo rio Purús na qual moravam Jacintho Antonio e Chrespiana, narra a festa de casamento de um casal de seringueiros promovida dentro do seu espaço de trabalho pelo patrão:

Eram duas da tarde quando a lancha Javary gentilmente cedida pelo seu proprietário d. Demetrio Padilha, aportou ao Pajehú, cheia de famílias e cavalheiros da fina roda da cidade. Foram todos recebidos e cercados de gentilezas infinitas. A barraca era toda um vasto salão garridamente decorado. Ao som da musica improvisaram-se as danças. Apoderados da mais intima jovialidade, via-se aqui e ali um presente agarrar-se às mãos e trincar aos dentes um gordo churrasco. Os agricultores daquela redondeza por sua vez vingavam-se do feijão na carne fresca do vitello ao pé das panellas fumegantes. Às 17 horas realizou-se o casamento dos jovens. Realmente não era esse o motivo único da festa, mas lhe deu grande realce, ao mesmo tempo que despertava entre os presentes uma profunda consolação, vendo que entre os mais humildes também se apertam os laços morais de uma família protegida pela lei e pela sociedade. Foi assim que o dr. Virgolino poudé atrahir ao Pajehú as mais distintas famílias, as mais altas autoridades e os mais respeitáveis cidadãos de Senna Madureira, identificando ali as suas almas com a alma dos camponeses num sorriso sadio e irmão, em que tudo parecia respirar o mesmo bulício, a mesma efflorescencia de alegria dos milhares que ao longo dos roçados também erguião seus pendões festivos.<sup>27</sup>

A festa de casamento financiada pelo patrão é mais uma forma de endividamento, mas uma dívida de cunho moral. Um artigo que tomava a função de evidenciar o bom coração de um patrão, e a possibilidade de convivência pacífica entre trabalhadores e patrões, revela formas violentas de se narrar o cotidiano, assim como as

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>27</sup> *Festa do trabalho. Alto Purús*. 30 de janeiro de 1916. pg. 02.



condições de existência desses sujeitos. Evidenciam que existia comida em abundância na festa, que o dr. Virgolino não fora sovina, mas também evidencia as más condições de alimentação diária dos agricultores: “Os agricultores daquela redondeza por sua vez vingavam-se do feijão na carne fresca do vitello ao pé das panellas fumegantes.” Não haveria motivos para vinganças se esse feijão fosse no mínimo agradável, uma ilustração das péssimas condições de alimentação a que se submetiam os trabalhadores dentro desses espaços de trabalho.

O casamento deu-se início no decorrer da festa, e o jornalista escreve que verdadeiramente “não era esse o motivo único da festa”, compreensível que o casamento era uma das atrações a mais que o dr. Virgolino encenara naquele banquete, visto os interesses pessoais colocados em jogo ao som da música da festa, que buscava agradar os ouvidos, estômagos e olhos de autoridades presentes, as principais motivações da festança. Com certeza, a imprensa, políticos e seringueiros não estariam no barracão do dr. Virgolino para assistirem ao casamento de trabalhadores. Outra imagem de violência é a plena convicção das diferenças abismais, e que precisavam ser colocadas em questão mesmo que ao fim do texto, para salientar que ali não havia iguais, fato que desprestigiaria as distintas personalidades que ali compareceram, assim como aumentaria a “importância” dos trabalhadores: “identificando ali as suas almas com a alma dos camponeses num sorriso sadio e irmão, em que tudo parecia respirar o mesmo bulício, a mesma efflorescencia de alegria dos milhares que ao longo dos roçados também erguião seus pendões festivos.” A aproximação fora feita sutilmente e romanticamente, por meio da união das almas, fator delicado que preenchia de flores, um espaço por natureza sanguíneo e violento, de opressão, repressão e endividamento moral, elemento histórico que marcaram essa sociedade extrativista clientelista, que ofereciam favores em troca da exploração extrema, e que também de forma ambígua servia como possibilidade de resistência frente à dominação, ao passo em que a tutela era utilizada pelos trabalhadores para reivindicar, afinal sem isso, sequer festa de casamento teriam. Não queremos abrandar essa história, mas expô-la no seu sentido ambíguo: ao mesmo tempo em que se conformam com a exploração, os sujeitos encontram formas de resistência (utilizando a interpretação de Chauí), reinventando seu próprio cotidiano, a partir das possibilidades construídas em seu meio de relação.

As evidências desse relato põem em discussão os apelos morais que o casamento oferece perante a sociedade, pois “entre os mais humildes também se

apertam os laços morais de uma família protegida pela lei e pela sociedade”. Portanto, Jacintho Antonio e Chrespiana não estavam protegidos pela lei e pela sociedade, afinal, eram amasiados. Aqui se realça o requinte de minúcias postas com cuidado em cada frase do artigo escrito contra as esperanças do casal. Para provar a ilegitimidade de sua união para a defesa de seus direitos, o autor expõe uma possível fragmentação familiar ao citar o nome do genro de Chrespiana, João Manuel Chaves como testemunha a favor dos patrões. No final do artigo, o autor chama a atenção das autoridades para que interviessem no caso, e relembra que a justiça deverá estar ao lado de sua verdade.

O artigo de *A Verdade* fora publicado em 21 de agosto de 1880. Três dias depois, no mesmo jornal foi publicado um edital validando o lote de terra no nome de Chrespiana Maria Calheiros, no lugar denominado Natal, distrito de Canutama, margem esquerda do rio Purús a partir da boca do Paranamiry<sup>28</sup>. A mobilização dos dois não teria sido possível, sem uma relação constante entre o “ser social”, os sujeitos vivenciando a trama do real e as possibilidades de autonomia frente os seus meios de subsistência. A atividade de navegação na Amazônia é produto político e parte do campo social em luta, envolvendo atores sociais, que pelos olhares deterministas e estruturais não estariam em relação, ou seja, a relação agricultor-seringueiro/regatão extrapola os limites da relação de compra e venda ou simples consumo e negociação, para revelar possíveis significados a mais em torno disso. É importante para vermos que a história dos trabalhadores não é somente dentro das fábricas ou dos seringais, estende-se pelos rios, barrancos, barracos e terreiros. Vimos aqui também a busca que não devemos cessar, pelo o que não se busca relatar, pelo o que não se pretende construir através de um relato. Observamos um espaço de disputa em jogo, entre o que se pretende registrar e formar, e o que não se pretende. Portanto, escrevemos as possibilidades de luta contra a expropriação e o ocultamento, articuladas no próprio espaço de sociabilidades desses sujeitos, em seu cotidiano.

Essas relações sociais aqui apresentadas são perpassadas de experiências e de formações sociais de pequenos movimentos de resistência, pequenos, mas não inexistentes. É necessário compreendermos que a luta de Jacintho Antonio e Chrespiana é mais uma luta pela garantia de direitos, uma luta pela vida, e de vida é feita a história. A luta pela terra, pelo direito de usocapião, pela autonomia do trabalho, pela superação da exploração, assim como uma classe dominante que se utiliza dos mecanismos

---

<sup>28</sup> *Commercio do Amazonas*. 24 de agosto de 1880. pg. 03.

discursivos para reprimir e ocultar tais lutas não nos é estranho em nosso tempo presente. Ações como a do casal, ou dos indígenas nas matas que negociam sua sobrevivência frente a violência são elementos vivos do cotidiano, muitas vezes naturalizado como algo que sempre esteve onde está, que nunca mudará. Observar tais lutas é importante para fragmentarmos a visão de que a história se deu em constante paz. A desigualdade, a violência e a exploração estão ali nos igarapés, nos barracões, nos jornais, nas matas, nas capoeiras, porém longe de um fatalismo interpretativo, de ir por “água abaixo”, as esperanças sempre descem os rios, no sentido da expectativa e do deslocamento, em movimento para lutar por um futuro melhor.

### Fontes

*Jornal Commercio do Amazonas*. 21 e 24 de agosto de 1880.  
*Revista do Amazonas*. 05 de junho e 05 de maio de 1876.  
*O Catechista*. 08 de janeiro de 1870.  
*Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Amazonas do vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda em 5 de setembro de 1852*.  
*Festa no trabalho*. In: *Alto Purus*. 30 de janeiro de 1916.  
*Relatório do presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda em 08 de maio de 1865*.  
 AVÉ-LALLEMANT, Robert (1812 – 1824). *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Gerson. *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa*. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-1867)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 22.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza*. São Paulo: Annablume, 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.